

Mercados africanos ajudam a Fernave a contornar a crise

Formação
Carlos Cipriano

Empresa da CP conseguiu reduzir os prejuízos e conta consolidar a recuperação com os negócios em África, que já valem 20% do total

A Fernave fechou 2012 com prejuízos de 1,2 milhões de euros. Parece muito, mas tendo em conta que em 2010 esta empresa afiliada da CP tinha 2,3 milhões de euros de prejuízos, os resultados do ano passado indiciam uma tendência de recuperação que contraria a crise e que só foi possível graças a uma aposta forte nos mercados africanos.

Em 2012, mais de 20% do volume de negócios da Fernave foram realizados com os caminhos-de-ferro de Angola e Moçambique. Fonte oficial da empresa disse ao PÚBLICO que a estratégia da Fernave para o ano em curso passa por “aumentar a sua quota de mercado em Angola e manter os níveis de crescimento verificados no mercado moçambicano”.

A subita vocação africana desta empresa colmatou o decréscimo de facturação em Portugal, sobretudo para a sua principal cliente e accionista CP, que no ano passado lhe adjudicou menos de metade dos serviços habituais. A Fernave viu, assim, reduzir-se o volume de horas de formação para os ferroviários, bem como os exames psicológicos realizados aos maquinistas. Em causa estão as restrições orçamentais da CP e também a instabilidade laboral, dado que em períodos de greve o cumprimento dos ciclos de segurança com a realização daqueles exames não é uma prioridade.

O relatório e contas de 2012 refere que a contenção de custos imposta pela *troika* às empresas do Sector

Empresarial do Estado “resultaram numa maior retração por parte dos principais clientes da Fernave no que diz respeito à actividade de formação, o [seu] *core business*”.

Ainda assim, o documento realça que, apesar da enorme quebra nas vendas - que diminuíram de 1,3 para 0,9 milhões de euros nos últimos dois anos -, os resultados líquidos não se agravaram, tendo os prejuízos evoluído favoravelmente de 1,3 para 1,2 milhões de euros.

Tal como acontece com a empresa mãe CP, esta participada sofre também com o peso da dívida que, em 2012, representou encargos financeiros de 235 mil euros. No entanto, de 2011 para o ano passado, o endividamento desceu de 3,1 milhões para 2,8 milhões de euros graças à alienação à CP da participada Ecosauêde, que era deficitária. Ficou tudo em casa, mas a Fernave melhorou as contas.

Desde a sua constituição, em 1992, a Fernave foi detida pela CP, Transisjo, STCP, Metro de Lisboa, Carris, e mais tarde a Refer. Pretendia ser uma escola de referência no sector dos transportes. Mas um a um os accionistas - todos públicos - foram saindo e a CP ficou a única proprietária da empresa.

A internacionalização em curso salvou-a de ter sido extinta, mas não está excluída a sua privatização, se se tornar apetível no mercado da formação e da consultoria. Dá prejuízo, é certo, mas tem um activo que agrada aos privados - um portfólio de clientes cada vez mais alargado e exterior ao grupo CP.

Em 2012, a Fernave arrancou com o primeiro curso de maquinistas aberto ao mercado, tendo hoje praticamente assegurada a colocação destes formandos em estações e eventuais empregos junto de operadores ferroviários privados (Takargo, MSC Rail e Transdev). Um segundo curso vai abrir em 13 de Maio.



NUNO FERRERIRA SANTOS

A Fernave existe desde 1992 para ser referência nos transportes



Breves

Bolsa

Empresa norte-americana comprou 2,02% da EDP

A EDP informou a autoridade bolsista que a Massachusetts Financial Services Company (MFS) lhe comunicou a constituição de uma participação qualificada, composta por 73.696.918 acções, representativas de 2,02% do seu capital social e dos respectivos direitos de voto. Esta participação resultou da aquisição de 696.653 acções, na bolsa lisboeta, em 24 de Abril passado. A MFS detém directamente 71.329.123 acções, representativas de 1,95% do capital social da EDP e outro tanto dos respectivos direitos de voto. Os principais accionistas da EDP são a China Three Gorges (21,35%), a Iberdrola (6,79%) e a Opipidum (6,18%). A empresa passou a ter 13 accionistas com mais de 2%.

Energia
Japão levanta os cortes ao consumo de electricidade

O Japão iniciou ontem uma campanha para reduzir o consumo de energia no Verão, mas sem estabelecer limites para o corte, o que acontece pela primeira vez desde o acidente na central nuclear de Fukushima, em Março de 2011. Com a campanha, intitulada “Cool Biz”, o Governo permitirá aos seus funcionários e deputados que trabalhem sem as habituais gravatas e fatos, numa tentativa de não sobrecarregar o consumo energético por via de um maior recurso ao ar condicionado. Ao abrigo da medida, de cariz voluntário, todas os departamentos do país são instados a não programar os ares condicionados abaixo dos 28 graus, permitindo-se, em paralelo, que utilizem roupa mais informal.



FERNANDO VELHO/IMAGINACIÃO

DGO divulga trimestralmente atrasos no pagamento pelo Estado

Entidades públicas falham pagamentos a tempo e horas

Dívidas
José Manuel Rocha

Quatro dezenas de entidades do Estado tinham prazos médios de pagamento a fornecedores superiores a 60 dias

No final do primeiro trimestre deste ano, havia 40 entidades da administração directa e indirecta do Estado com um prazo médio de pagamento a fornecedores superior a 60 dias.

Os dados, divulgados na noite de terça-feira pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO), representam um aumento de duas entidades face à lista que tinha sido elaborada para o último trimestre de 2012.

O balanço da DGO é encabeçado pelo Instituto Politécnico de Santarém, que tem agora um prazo médio de pagamento de 328 dias, três dias mais do que evidenciava no final do ano passado. Este estabelecimento de ensino pagava aos fornecedores com um atraso médio de 76 dias no início de 2012.

O Instituto Nacional de Aviação Civil ocupava a segunda posição, com um tempo médio de pagamento de 266 dias, também a aumentar nos atrasos face à estatística do final do ano passado. Acima do 200 dias, encontravam-se ainda a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais, a Direcção-Geral das Artes e o Gabinete de Planeamento e Políticas.

O ministério de Assunção Cristas, que além da Agricultura tutela também os Assuntos do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, é

dos mais representados na lista das entidades com prazos médios de pagamento superiores a 60 dias - que a DGO está obrigada a publicar trimestralmente por força do Decreto-Lei 36/2013, de 11 de Março. Instituto de Investigação Agrária e Veterinária, Inspecção-Geral do Ministério da Agricultura, direcções regionais e Agência Portuguesa do Ambiente são entidades referidas na lista divulgada na noite de terça-feira pela Direcção do Orçamento.

Saúde preocupa

Num outro universo, o das empresas públicas, há também situações de grande falta de liquidez, o que faz derrapar os tempos de pagamento aos fornecedores. Os casos mais graves encontram-se na área da saúde, com o Centro Hospitalar Lisboa Norte a liderar a lista, com um prazo médio de pagamento de 476 dias no final de 2012. Seguem-se o Hospital de Faro (474 dias) e o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental (412 dias). Fora deste universo, assumem maior relevância a CP (123 dias), a Parque Expo (118) e o Metropolitan de Lisboa (113). A Metro do Porto, que no final de 2011 tinha um atraso médio de 236 dias passou para apenas 52 dias em Dezembro de 2012.

Em Março, o Estado aumentou em 42 milhões de euros o montante dos pagamentos em atraso face a Fevereiro, o que se deveu aos pagamentos devidos aos hospitais EPE, que subiram 81 milhões de euros.

De acordo com a síntese de execução orçamental de Março, no final do primeiro trimestre ascendiam aos 1957 milhões de euros os pagamentos em atraso do Estado, valor que no final do mês anterior era de 1996 milhões.